

Arenista acusa o MDB;

Da sucursal e do correspondente

O deputado Edison Lobão (Arena-MA), em pronunciamento feito ontem na Câmara no horário da liderança, acusou setores da oposição de tentar "sabotar a ordem social e confundir o desdobramento do processo democrático, desejosos de provocar a ruína da vida constitucional do País". O presidente nacional da Arena, José Sarney, e o ministro da Comunicação Social, Said Farhat, contudo, reiteraram o propósito do governo de prosseguir a abertura política, garantindo que não haverá recuo.

"Não existe nenhuma possibilidade de retrocesso político em face dos acontecimentos verificados ultimamente na área social do País, com reivindicações respaldadas por movimentos grevistas", pois "não houve nenhum comprometimento da ordem", assegurou o senador José Sarney. Por sua vez, Said Farhat afirmou que os conflitos sociais que estão se verificando em vários Estados são fatos isolados, sem relação direta com o projeto de abertura do governo. O ministro acrescentou que a democratização "não está sendo retardada porque não tem nenhum prazo estipulado para a sua complementação".

Já o líder da Arena na Câmara, deputado Néilson Marchezan, deu todo o respaldo ao pronunciamento do deputado Edison Lobão, afirmando que ele falou em nome da liderança, que, por sua vez, fala pelo governo. Marchezan entende que a Arena não pode ficar calada diante das "provocações emedebistas" e que, respondendo a elas, o partido está simplesmente praticando o jogo democrático.

NORMALIDADE

José Sarney assegurou que as reivindicações salariais estão sendo "absorvidas dentro do clima de normalidade e confiança, pois a Nação sabe ter na pessoa do presidente da República um homem sereno e dotado de profundos sentimentos democráticos e de grande sensibilidade para com o fato social". Segundo ele, a orientação do general Figueiredo "é no sentido de caminhar para o aprimoramento democrático e ele tem para esse objetivo a solidariedade integral do partido e da opinião pública do País".

O presidente nacional da Arena acrescentou ter recebido informação de que os serviços públicos estão funcionando em São Paulo, com uma ausência de apenas cerca de 20 por cento dos funcionários. Observou, contudo, que nenhum país do mundo consente a greve em serviços públicos. "A própria Organização Internacional do Trabalho (OIT) diferencia greve de trabalhadores e greve no serviço público. O serviço público é o próprio Estado, custeado pela sociedade, e por isto não pode declarar-se em greve. Essa constatação não exclui, evidentemente, o exame das reivindicações justas dos funcionários" — concluiu Sarney.

Na mesma linha de argumentação, o ministro Said Farhat disse que, ao iniciar o processo de abertura, Figueiredo estava ciente dos problemas que deveria enfrentar, "e os fatos estão ocorrendo dentro das previsões, e não pior do que foi imaginado".

O ministro da Comunicação Social negou que o governo esteja imobilizado, ressaltando que os projetos — tanto os administrativos como os políticos — prosseguem conforme traçados pelo presidente da República. "Há pessoas que estabelecem calendários para tudo, e este não é o nosso caso: está tudo correndo de acordo com o cronograma do presidente."

Farhat entende que a sucessão de greves, a punição do general Hugo Abreu e a intervenção no Sindicato dos Professores do Distrito Federal são fatos isolados, não estando relacionados entre si. Segundo ele, a intervenção no sindicato foi decorrência da ilegalidade da greve, e a prisão de Abreu consequência de infrações ao Regimento Disciplinar do Exército.

Ele ressaltou ainda a unidade governamental, afirmando que "não há discordância no seio do governo". E garantiu que "não existem fontes anônimas no Palácio do Planalto", em resposta à pergunta de um jornalista sobre desentrosamento nas opiniões expressas por figuras do primeiro escalão da administração federal.

Sarney nega recuo